

Medida Provisória nº 925 de 19 de março de 2020

Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.

EMENDA

Dê-se ao art. 3º do PLV apresentado à Medida Provisória nº 925, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 3º O reembolso do valor da passagem aérea, devido ao consumidor por cancelamento de voo no período compreendido entre 19 de março e 31 de dezembro, de 2020, será realizado pelo transportador no prazo de **seis** meses, a contar da data do voo cancelado, observadas a atualização monetária calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e, quando cabível, a prestação de assistência material, nos termos da regulamentação vigente.

§ 1º Em substituição ao reembolso na forma prevista no caput deste artigo, poderá ser concedida ao consumidor a opção de receber crédito de valor maior ou igual ao da passagem aérea, a ser utilizado, em nome próprio ou de terceiro, para a aquisição de produtos ou serviços oferecidos pelo transportador, em até **trinta** meses, a contar da data de seu recebimento.”

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia do covid-19 exige do governo brasileiro medidas emergenciais para garantir os rendimentos das famílias e a sobrevivência das empresas afetadas. Entre estas estão as empresas aéreas, razão pela qual se justificam medidas que reduzam a pressão sobre seus fluxos de caixa. Entretanto, os valores a ser reembolsados de que trata o art.3º têm origem em atividades não prestadas, voos cancelados que não supõem custos. Assim, eles deveriam ser imediatamente devolvidos aos usuários afetados. Mesmo sendo de

natureza distinta da de outros pagamentos das empresas, entendendo-se o momento singular que o país atravessa, poder-se-ia admitir algum atraso nessa devolução, mas o prazo de 12 meses incluído na MP é excessivo, razão pela qual propõe-se reduzi-lo à metade, seis meses, para evitar inconvenientes maiores aos usuários.

Da mesma forma, tampouco se justifica a expiração do crédito referente ao valor pago pelo consumidor em apenas 18 meses. Grande parte dos usuários viaja com pouca frequência (que deve cair ainda mais nos próximos anos) e esse limite temporal implicaria, na prática, na perda do valor pago, o que se pretende evitar com a proposta de extensão do prazo de validade dos créditos para trinta meses.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2020.

Deputado ENIO VERRI – PT/PR



Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20)

(Do Sr. Enio Verri)

Altera o PLV à MPV 925/2020.

Assinaram eletronicamente o documento CD203749034100, nesta ordem:

- 1 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT
- 2 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 3 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) - LÍDER do PSB *-(p_7204)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.